

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 do Standard Chartered Participações Ltda. ("Sociedade"), elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Standard Chartered foi constituído em janeiro de 2010, sob forma de banco de investimento autorizado a operar com carteira de câmbio. Em 21 de fevereiro de 2019, a alta gerência do Standard Chartered (Grupo) decidiu, após uma revisão global de estratégia nos vários mercados em que a Sociedade atua, encerrar as atividades como Banco e estabelecer um escritório de

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019		2018	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	272.675	1.441.433		
Aplicações financeiras	5	-	325.157		
Outros créditos	6	25.775	2.106.291		
Despesas antecipadas		-	147		
Ativos fiscais	7	2.773	19.387		
		301.223	3.892.415		
Não circulante					
Outros créditos	6	14.539	12.573		
		14.539	12.573		
Imobilizado	8	1.026	3.635		
Intangível	8	-	3.635		
		1.026	3.780		
Total do ativo		316.788	3.908.768		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

representação no Brasil. Com o encerramento das operações bancárias, houve a alteração do objeto social da entidade, de instituição financeira para Sociedade limitada (Standard Chartered Participações Ltda.). Em 27 de dezembro de 2019, o Banco Central do Brasil aprovou o cancelamento da licença para operação como banco de investimentos e a criação de um escritório de representação. Ao longo da última década, o Brasil cresceu para tornar-se uma economia globalmente importante e passou a estar mais vinculado com os mercados aonde o Grupo tem forte presença (Ásia, África e Oriente Médio). Assim, o Brasil é um importante país para alavancar os fluxos de comércio e investimentos nos mercados aonde o Grupo está presente. Considerando o tamanho da economia brasileira e as crescentes atividades transfronteiriças com os nossos principais mercados, o potencial de negócios continua representando

Relatório da Administração

uma oportunidade atraente para o Grupo e o escritório de representação criado após o cancelamento da licença bancária continuará a apoiar os clientes brasileiros nos mercados onde o Standard Chartered tem presença. A Sociedade obteve, no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019, um prejuízo após a participação nos lucros de R\$ 47.109. O prejuízo apurado ocorreu principalmente em virtude da baixa de crédito tributário, despesas com pessoal e liquidações de operações por meio de cêssões com transferência substancial dos riscos e liquidações antecipadas por conta do encerramento das atividades.

A Administração.

São Paulo, 31 de julho de 2020.

Demonstrações dos Resultados			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018			
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	15	49.012	44.494
Lucro bruto		49.012	44.494
Recursos / (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(26.016)	(11.961)
Despesas com pessoal	16	(61.374)	(60.172)
Outros ganhos (perdas), líquidos	19	(26.467)	(601)
Lucro operacional		(64.845)	(28.240)
Receitas financeiras	22	9.266.570	30.176.173
Despesas financeiras	22	(9.245.220)	(30.133.808)
Recursos (despesas) financeiras, líquidas		21.350	42.365
Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e contribuição social		(43.495)	14.125
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	-	(2.598)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	(3.562)	(1.517)
Lucro / (prejuízo) líquido dos exercícios		(47.057)	10.010
Participação nos lucros		(52)	(750)
Lucro / (prejuízo) após a participação nos lucros		(47.109)	9.260
Lucro / (prejuízo) por ação		(0,17)	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018			
(Em milhares de reais)			
	2019	2018	
Lucro líquido dos exercícios		(47.109)	9.260
Outros resultados abrangentes		(3.520)	3.003
Total resultado abrangente dos exercícios		(50.629)	12.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018			
(Em milhares de Reais)			
	2019	2018	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(47.109)	9.260
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa:			
Amortização e depreciação	2.850	1.085	
Contingências	2.497	1.627	
Imposto diferido	3.562	1.517	
Ajustes de avaliação patrimonial - Títulos disponíveis para venda	(3.520)	3.003	
(Aumento) / redução de ativos:			
Contas a receber de clientes	-	-	
Aplicações financeiras	325.157	(58.048)	
Ativo fiscal	3.034	15.727	
Partes relacionadas	147	126	
Outros créditos	2.078.550	(1.268.582)	
(Redução) aumento de passivos:			
Passivos financeiros	(3.555.991)	1.147.279	
Obrigações trabalhistas	21.334	(1.552)	
Tributos a recolher	(2.281)	284	
Outras obrigações	3.108	173	
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(1.168.662)	(148.101)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(8.884)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(1.168.662)	(156.985)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aquisição) baixa de imobilizado	(96)	(848)	
Alienação de imobilizado e intangível	-	73	
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos			
(96)	(775)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	-	(849)	
Juros sobre capital próprio	-	(4.000)	
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos			
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(1.168.758)	(162.609)
Demonstração da (Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa:			
Saldo no início do período	1.441.433	1.604.042	
Saldo no final do período	272.675	1.441.433	
(Redução) / Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(1.168.758)	(162.609)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - (Em milhares de Reais)			
1. Contexto operacional: O Standard Chartered Participações Ltda. ("Sociedade") - com sede em São Paulo, foi constituído em janeiro de 2010 e é uma subsidiária do Standard Chartered Bank Londres - Reino Unido. O Standard Chartered foi constituído em janeiro de 2010, sob forma de banco de investimento autorizado a operar com carteira de câmbio. Em 21 de fevereiro de 2019, a alta gerência do Standard Chartered (Grupo) decidiu, após uma revisão global de estratégia nos vários mercados em que a Sociedade atua, encerrar as atividades como Banco e estabelecer um escritório de representação no Brasil. Com o encerramento das operações bancárias, houve a alteração do objeto social da entidade, de instituição financeira para Sociedade limitada (Standard Chartered Participações Ltda.). Em 27 de dezembro de 2019, o Banco Central do Brasil aprovou o cancelamento da licença para operação como banco de investimentos e a criação de um escritório de representação. Ao longo da última década, o Brasil cresceu para tornar-se uma economia globalmente importante e passou a estar mais vinculado com os mercados aonde o Grupo tem forte presença (Ásia, África e Oriente Médio). Assim, o Brasil é um importante país para alavancar os fluxos de comércio e investimentos nos mercados aonde o Grupo está presente. Considerando o tamanho da economia brasileira e as crescentes atividades transfronteiriças com os nossos principais mercados, o potencial de negócios continua representando			

Saldo em 31 de dezembro de 2017
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda
Lucro líquido do exercício
Destinação:
Juros sobre capital próprio pagos antecipadamente
Reserva legal
Reservas especiais de lucros
Dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2018
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda
Prejuízo líquido do exercício
Destinação:
Reservas especiais de lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - (Em milhares de Reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de continuidade - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Conforme descrito acima, a Sociedade adotou em 27 de dezembro de 2019 a mudança de prática contábil, ora anteriormente regida pelo COSIF, apresentado nessa demonstração pelas práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dessa forma, o balanço de 31 de dezembro de 2018 foi apresentado no formato de instituição financeira a fim de manter os saldos comparativos com o ano final em 2019. As demonstrações financeiras estão apresentadas no pressuposto de continuidade de atividades. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e avaliadas com base na gestão do negócio. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo na data da transação considerando as contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Sociedade leva em consideração as características do ativo ou passivo e as condições de mercado de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base. A Administração da Sociedade aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica CPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. 2.2. Moeda funcional - O moeda funcional é o Real (R\$), que é a moeda do ambiente primário e qual a Sociedade opera.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a. Julgamentos - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 12 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Incertezas sobre premissas e estimativas. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 12 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Nota Explicativa nº 20 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. 2.4. Classificação circulante versus não circulante - A Sociedade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado ou vendido no decorrer normal do ciclo operacional. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Está mantido com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja liquidado no decorrer normal do ciclo operacional de até 12 meses após a data do balanço. 3.2. Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 3.3. Ativos e passivos financeiros - (i) Reconhecimento e mensuração inicial - O contas a receber é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade os detém pelo prazo de um ano ou mais. (ii) Classificação e mensuração do Ativo financeiro - O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado, ao custo amortizado, ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento de renda variável; ao VJR. Os depósitos judiciais são reconhecidos subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de renda variável é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio - A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: As políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático das políticas. Eles incluem a questão de saber se a carteira de ativos financeiros tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade. Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade. Os ativos financeiros mantidos para negociação são mensurados a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa. • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo. • Os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro - O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo Comitê de Risco de Crédito com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado para um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) Desreconhecimento - Ativos financeiros - A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação que qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros - A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos para a aquisição de passivos) é reconhecida no resultado. (iv) Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (v) Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros - Instrumentos financeiros - A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo

financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito relacionada a informações prospectivas (forward-looking). Mensuração das perdas de crédito esperadas - As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber). Não há perdas esperadas nos ativos da Sociedade. (vi) Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não são ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou Sociedade ou UGCs) e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Sociedade ou UGCs) na mesma proporção. Uma perda por redução ao valor recuperável não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. (vii) Hierarquia de valor justo - Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo foram definidos como a seguir: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2 - Inputs, exceto preços, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3 - Premissas, para o ativo ou o passivo, que são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Hierarquia de valorização de valor justo - Em 2019 não há operações de instrumentos financeiros. No exercício de 2018, os ativos e passivos financeiros, no montante de R\$ 3.881.148 foram classificados como Nível 2 na hierarquia de valorização. 3.4. Outros créditos - Operações de crédito e câmbio - As operações de crédito, que incluem as operações de adiantamento sobre contratos de câmbio, estão demonstradas pelo valor do principal, e sua atualização (accrual) é contabilizada com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido de rendimentos e encargos decorridos. As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias são reconhecidas como receita somente após o seu efetivo recebimento. 3.5. Ativo fiscal - Os valores a compensar de impostos são registrados pelo seu valor de custo e atualizado pelos índices permitidos pela legislação aplicável. 3.6. Imobilizado - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são de 10% para móveis e equipamentos e instalações e 20% para sistemas de comunicação, processamento de dados, segurança e transporte. Adicionalmente, a depreciação de adiantamento ao valor depreciável dividida pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o exercício de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. 3.7. Ativo intangível - O ativo intangível foi registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato. 3.8. Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes - Os ativos contingentes e passivos contingentes são, respectivamente, direitos e obrigações potenciais, decorrentes de eventos ocorridos, e que também dependem da ocorrência de eventos futuros. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da entidade. O tratamento contábil para os passivos contingentes depende da probabilidade de realização da obrigação, conforme a classificação abaixo: (i) Provável: as contingências de ocorrência provável são reconhecidas como provisões passivas no Balanço Patrimonial da Sociedade. (ii) Possível: as contingências de ocorrência possível são divulgadas nas Demonstrações Financeiras e nenhuma provisão é constituída. (iii) Remota: nenhuma divulgação é realizada nas Demonstrações Financeiras, tal qual nenhuma provisão é constituída. A mensuração das contingências é feita com base nas melhores estimativas da Administração da Sociedade, levando-se em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para honrar as obrigações e que tais recursos financeiros possam ser estimados com razoável segurança. Os depósitos judiciais são atualizados de acordo com a legislação vigente. 3.9. Receita de contrato com o cliente - A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente sendo reconhecidas quando as obrigações de performance são atendidas e seus respectivos riscos são transferidos ao comprador, que geralmente ocorre na sua entrega. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. 3.10. Plano de incentivos baseado em ações - A Sociedade possibilita a participação dos seus funcionários em planos de incentivos baseados em ações do Standard Chartered Bank (Reino Unido). Os programas são divididos em DRSA (Deferred Restricted Share Awards), RSA (Restricted Share Awards) e PSA (Performance Share Awards). Os programas são liquidados em instrumento financeiro (cash) e caracterizam-se pelo diferimento em três anos após o ano de ocorrência da outorga das ações. O reconhecimento da despesa de bônus diferido é realizado pelo regime de competência, à medida em que o funcionário efetivamente desempenha suas funções e contribui para a performance da Sociedade. Os pagamentos são realizados anualmente. O valor da remuneração é definido em dólares americanos e convertido em número de ações no momento da outorga da remuneração e as ações outorgadas tornam-se exercíveis conforme prazos estipulados para cada tipo de plano. O valor justo (fair value) é determinado por preços de mercado, levando-se em consideração a cotação das ações na Bolsa de Londres (LSE). O exercício das ações objeto do plano está sujeito ao cumprimento de requisitos por parte do beneficiário da ação na respectiva data de exercício, o que inclui a exigência de manutenção do vínculo do beneficiário com a Sociedade. Em caso de término voluntário do vínculo do beneficiário com a Sociedade, ou de término sem justa causa por parte da Sociedade, tal beneficiário não poderá exercer as ações ainda não exercidas no momento do término do vínculo. 3.11. Outros ativos e passivos - Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e a provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base pro rata dia). 3.12. Imposto de renda e contribuição social - As despesas fiscais dos exercícios compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem à interpretação e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos não foram reconhecidos em virtude da administração não vislumbrar, em futuro previsível, probabilidade de geração de lucros tributáveis suficientes à utilização dos estoques de diferenças temporárias e prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Os tributos diferidos, quando registrados, consideram-se alíquotas de tributos (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que deverão ser aplicadas quando os respectivos tributos diferidos ativos foram realizados ou quando os tributos diferidos passivos foram liquidados. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. No exercício de 2018, as provisões para o imposto de renda e a contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social e ajustados conforme legislação fiscal, devido à Sociedade estar operando como Banco.

	Nota	2019	2018
Caixa e bancos		272.675	256
Disponibilidades em moeda estrangeira (a)	21	-	10.279
Aplicações interfinanceiras de liquidez (b)		-	1.411.003
Aplicações em depósitos interfinanceiros (b)		-	19.895
		272.675	1.441.433

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício.
(b) Refere-se a depósitos com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

	2019	2018
Classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	198.013
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	83.883
Derivativos a receber	-	43.261
		325.157

	2019	2018
Outros créditos		
2019	2018	

	2019	2018
Circulante		
Depósito em garantia	-	

(...continuação)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - (Em milhares de Reais)

20. Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(43.495)	14.125
Diferenças temporárias / permanentes	39.036	(8.111)
Marcação a mercado - TVM e derivativos	273	(1.609)
Reversão provisões passivas	(11.371)	(14.906)
Provisões passivas	39.233	9.843
Contingência fiscal	3.379	2.213
Outros despesas não dedutíveis	7.574	1.098
Participação nos lucros e resultados	(52)	(750)
Juros sobre capital próprio	-	(4.000)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(4.459)	6.014
Alíquotas de 15% para imposto de renda e adicional de 10%	-	(1.480)
(-) Incentivos fiscais	-	85
Despesa de imposto de renda	-	(1.395)
Despesa de contribuição social - Alíquota de 15%	-	(1.203)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	-	(2.598)
Reversão de provisões passivas	(11.371)	(14.906)
Provisões passivas	22.263	9.843
MTM - TVM e derivativos	(6.096)	(210)
Contingência fiscal	3.379	2.213
Base tributável ativo diferida	8.175	(3.060)
Movimentação imposto de renda ativo diferido	(2.044)	(765)
Movimentação contribuição social ativo diferido	(1.518)	(752)
Total da provisão diferida	(3.562)	(1.517)
Total do imposto de renda e da contribuição social	(3.562)	(4.115)

21. Partes relacionadas: a. Transações com entidades da Sociedade - A Sociedade possui linhas (obrigações em moeda estrangeira) com o Standard Chartered Bank - Reino Unido (Controlador), além da Receita de prestação de serviços (SLA), com o Standard Chartered Bank - Reino Unido (Controlador) e Standard Chartered Bank - Estados Unidos (Coligada). Os saldos patrimoniais e de resultado são

apresentados como segue:

		2019	
		Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Receita da prestação de serviços (ii) (iii)	15	25.688	50.535
Obrigações em moeda estrangeira (ii)		-	(117)
Total		25.688	50.418
		2018	
		Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira (ii)	4	10.279	25.631
Receita da prestação de serviços (ii) (iii)	15	24.008	44.257
Outros instrumentos derivativos (iv)	9	(25)	(1)
Depósitos a prazo (i)		-	(123)
Obrigações em moeda estrangeira (iv)	9	(200.186)	(122.598)
Total		(165.924)	(52.834)
(i) Standard Chartered Participações e Assessoria Econômica Ltda. - Coligada.			
(ii) Disponibilidades e aplicações em moeda estrangeira nas seguintes localidades: Estados Unidos, Alemanha, Cingapura, Reino Unido, Japão e Hong Kong.			
(iii) Standard Chartered Bank (Estados Unidos) - Coligada.			
(iv) Standard Chartered Bank (Reino Unido) - Controlador. O saldo referente a outros instrumentos derivativos encontra-se aglutinado junto aos demais saldos a pagar na nota 9.			
b. Remuneração da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. A despesa no exercício com a remuneração dos administradores, incluindo salários e encargos, participações nos lucros e gratificações, encargos sobre gratificações, plano de aposentadoria e pensão e outros benefícios exclusivos aos diretores, monta um total de R\$ 15.318 (R\$ 11.644 em 2018).			
22. Resultado financeiro			
Aplicações financeiras		9.031.882	28.515.032
Variação cambial positiva		243.688	1.660.196
Outras receitas		-	945
Total de receitas financeiras		9.266.570	30.176.173
Passivos financeiros		(8.996.971)	(28.493.121)
Variação cambial negativa		(243.643)	(1.635.129)
Outras despesas		(4.606)	(5.558)
Total de despesas financeiras		(9.245.220)	(30.133.808)
Resultado financeiro		21.350	42.365

23. Outras informações: Acordo de compensação e liquidação de obrigações - O Standard Chartered Bank Brasil - Banco de Investimento mantém um acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo. O montante líquido do total de créditos cobertos por acordo de compensação e liquidação de obrigações, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 0 (R\$ 17.325 em 2018).

24. Gerenciamento de risco: Estrutura de gerenciamento de risco - A Administração da Sociedade tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Standard Chartered. As políticas de gerenciamento de risco da Sociedade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Sociedade está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade. A Sociedade, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **(i) Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. De acordo com a análise feita pela Sociedade, não há operações que resultem em perdas esperadas em 31 de dezembro de 2019. **(ii) Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco relacionado ao cumprimento das obrigações associadas com passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa e/ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração da liquidez é garantir, que sempre haverá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O Grupo busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto "Fornecedores") para os próximos 60 dias e também monitora o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a "Fornecedores e outras contas a pagar". **(iii) Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - afetarem os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **(iv) Risco cambial** - O Grupo não está exposto materialmente ao risco cambial, visto que mantém poucas operações em moeda estrangeira. Desta forma, optou por não apresentar o quadro de análise de sensibilidade da taxa de câmbio. **Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros prefixada** - A Sociedade não possui nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros prefixada pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo. **25. Eventos subsequentes:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do seu efeito na situação patrimonial ou financeira da Sociedade. A Administração continua a avaliar de forma constante o impacto do surto, mas até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, nenhuma medida relevante foi tomada.

A Diretoria

Eufrasio Torquato de Araujo Jr. - Contador - CRC 1SP217969/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Acionista e aos Administradores do Standard Chartered Participações Ltda.
(Nova denominação social do Standard Chartered Bank (Brasil) S.A. - Banco de Investimento)
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Standard Chartered Participações Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Standard Chartered Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de julho de 2020.